



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO MUNICIPAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

DIJANE DA SILVA SANTOS

**GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS:
Intervenção do assistente social**

**Salvador
2016**

DIJANE DA SILVA SANTOS

GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS:
Intervenção do assistente social

Artigo apresentado a Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista
em Gestão de Política Pública Municipal

Orientadora: Prof.^a Me. Márcia Zabdiele

**Salvador
2016**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
POLÍTICA SOCIAL INSTRUMENTO DO SERVIÇO SOCIAL	5
ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	7
METODOLOGIA	11
ANÁLISE DOS RESULTADOS	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19

GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS:

Intervenção do assistente social

Dijane da Silva Santos¹

Márcia Zabdiele²

Resumo: A necessidade de um debate em torno da profissão, do assistente social enquanto gestor de políticas sociais faz-se necessário à retomada de análise de como a política social torna-se área de conhecimento e de que maneira a sua gestão torna-se fazer profissional. O objetivo deste estudo foi compreender a atuação do assistente social no campo da gestão de políticas sociais, abordando principalmente sua importância enquanto centralidade e expansão da cidadania de uma sociedade, com destaque à trajetória e inserção ao exercício profissional, tendo em vista suas habilidades teórico-metodológica e seu conhecimento de formação sobre as políticas sociais, bem como dilemas e limites enfrentados a sua intervenção. A metodologia compreendeu-se de estudos iniciais, revisão da bibliografia e análise documental constituído em pesquisa empírica e de natureza qualitativa exploratória, através de estudo de caso, com aplicação de questionários no primeiro semestre de 2016, a gestoras dos Centros de Referência da Assistência Social no município de Lauro de Freitas/Ba. Dentre os principais resultados o estudo apontou a necessidade de fortalecimento da categoria diante do seu projeto ético político e da qualificação dos profissionais na gestão das políticas sociais. Concluiu-se que existe a necessidade primordial de ampliar o debate em torno dessas novas habilidades e capacitação teórica e técnica ao assistente social.

Palavras-chave: Política Social. Gestão de Políticas. Assistente Social

Abstract: The need for a debate on the profession, social worker as manager of social policies is necessary to resume analysis of how social policy becomes area of knowledge and how its management becomes to professional. The aim of this study was to understand the role of the social worker in the field of management of social policies, particularly addressing its importance as central and expansion of citizenship of a society, especially the trajectory and insertion to professional practice, in view of their theoretical skills methodological and his knowledge of training on social policies, as well as dilemmas and limits faced its intervention. The methodology included is early studies, literature review and document analysis made on empirical research and exploratory qualitative, through case study with questionnaires in the first half of 2016, the management of the Social Assistance Reference Centers in the city of Lauro de Freitas / Ba. Among the main results of the study pointed out the need to strengthen the category before his political ethical design and qualification of professionals in the management of social policies. It was concluded that there is a fundamental need to broaden the debate around these new skills and theoretical and technical training to the social worker

Key-words: Social Policy. Policy Management. Social Worker,

¹ Assistente Social, graduada pela UCSAL (2012), Especialista em Serviço Social e Políticas Públicas pela FNSL(2014), aluna do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde pela UFBA (2014) e da Especialização em Gestão Pública Municipal pela UNILAB (2015). E-mail: jadkip@gmail.com

² Doutora e Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza. (UNIFOR) em 2014 e 2006 Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade Estadual do Ceará. E-mail: mzmoreira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A questão da gestão das políticas sociais há algum tempo tem sido pauta de discussões em vários espaços brasileiros, passando a vincular-se a uma concepção de sociedade organizada. No Brasil, os contextos: sociais, econômicos e políticos da atualidade exigem transformações, que acabam por afetar diretamente toda a sociedade. Desse modo as políticas públicas sociais acabam por permitir o rompimento com entraves que separam o Estado, da sociedade, passando então a participar da concepção, das decisões e da implementação destas políticas.

Sendo assim esta discussão coloca antecedentes para o pensamento da intervenção socio-política e profissional do Serviço Social na implementação, formulação e gestão das políticas sociais. Como assinala Iamamoto (2011 p.79):

O assistente social é tido como profissional da participação, entendida como partilhamento de decisões, de poder. Pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais de voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública. (IAMAMOTO 2011 p.79)

Tal perspectiva, reforça a necessidade de um debate instaurado em torno da profissão, do assistente social enquanto gestor de políticas sociais. Sabendo-se que se trata de um tema ainda pouco dialogado no cenário acadêmico, necessitando que se haja uma investigação dessa atuação na profissão, que se insere em espaços de gestão de políticas.

Nessa direção a autora segue evidenciando:

Que os profissionais contribuem ao socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade (IAMAMOTO 2011 p.69).

Desta forma a abordagem do Serviço Social frente à gestão de políticas sociais coloca em contratempo: Quais os dilemas e limites enfrentados a sua intervenção? Isso porque, ao se introduzirem nos inúmeros espaços sócio-ocupacionais, é exigida desses profissionais a apropriação do debate sobre intervenção profissional travado na sua área de conhecimento.

Ao mesmo tempo o estudo tem como objetivo destacar elementos considerados importantes, referente à trajetória e inserção ao exercício profissional, tendo em vista

suas habilidades teórico-metodológica e seu conhecimento de formação sobre as políticas sociais. A prática profissional do assistente social exige uma amplitude na produção de conhecimento, uma vez que esta relação teórico-metodológico sustenta e direciona a ação das políticas públicas. (PEREIRA E BENETTI 2014, p17).

Deste modo, coube aqui discutir esse espaço de atuação no qual se propõe o assistente social, que cotidianamente trabalha com fins de responder à falta de compreensão de atores, tido como importantes na consolidação da política pública e no seu processo de descentralização, que exige dos assistentes sociais e dos demais profissionais novas atribuições e competências.

O estudo será constituído de uma de pesquisa empírica e de natureza qualitativa exploratória, através de um estudo de caso. Para Yin (2005, p. 32) “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” adequado quando “as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes”.

Foi utilizado um questionário aberto com perguntas referentes ao objeto de investigação. Os sujeitos da pesquisa no qual foi aplicado o questionário trata-se de tres assistentes sociais com mais de quatro anos de formação, experientes no espaço socio-ocupacional em gestão de políticas sociais, com atuação na gestão de entre dois e cinco anos de dessa forma respaldando a amostra. Buscou-se identificar na coleta das informações e análise de conteúdo, de como esse profissional apreende sua intervenção e quais dilemas e limites são postas a gestão das políticas sociais no seu cotidiano, nessa abordagem também foram utilizadas de revisões de literaturas específicas, possibilitando um suporte teórico na compreensão e complexidade do tema.

Em resumo, buscou-se apontar contribuições para aprofundamento da discussão a partir das pesquisas revisadas, almejando-se compreender o movimento do objeto de pesquisa, contribuindo para o fortalecimento da categoria e ao projeto ético-político profissional.

1. POLÍTICA SOCIAL INSTRUMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

A política social é uma modalidade interventiva do Estado utilizada estrategicamente, como uma forma de diminuir os conflitos e contradições pelo processo de acumulação do capital, na medida em que procura atender determinadas necessidades sociais da população diante de questões geradas pelo conjunto de desigualdades sociais econômicas e políticas. (HORA, 2014).

Dessa forma, Melo (1999, p.13) traz que a política social se inscreve na agenda de intervenção do Estado brasileiro no quadro de transformações associadas à Revolução de 30 e a Era Vargas. Muito embora historicamente as políticas sociais venham se destacando com ações e serviços voltadas para prestar os mínimos de determinado segmento da população considerada vulnerável tanto economicamente como socialmente.

Nesse sentido, Trotta (2012, p.82) segue afirmando que a “característica dominante das políticas públicas é a capacidade do Estado intervir na sociedade no sentido de equilibrar conflitos entre os planos individual e coletivo”. Entretanto ao analisar as políticas públicas é preciso atentar para a relação estabelecida entre Estado e as políticas que é implementada em uma dada sociedade e em momentos históricos.

Nessa perspectiva sua contraditoriedade em muitos casos é vista como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991 apud PIANA 2009 p 21).

Portanto, a relação das políticas sociais e o serviço social surge na medida de implementação destas políticas, onde o Estado capitalista passa a solicitar a presença de diversos profissionais entre eles o assistente social por ter a capacidade de intervir sobre a questão social. Iamamoto cita (2011 p.58) que as políticas sociais deveriam ser elemento privilegiado para se pensar a função do Serviço Social na sociedade.

Segue afirmando que:

“O assistente social é o profissional que trabalha com políticas sociais, de corte público ou privado e não resta dúvida ser essa uma determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do Estado nesse campo. Entretanto as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas á questão social”. (Iamamoto, 2011 p.58)

De fato, a política social é uma matéria fundamental na formação profissional dos assistentes sociais, “todas as pesquisas e enquetes sobre inserção no mercado de trabalho demonstram as políticas sociais núcleo central como principais empregadores dos assistentes sociais”. (BEHRING, 2009).

Nesse contexto, a política social alça um estatuto teórico, no âmbito do Serviço Social, que lhe permitiu realizar a articulação entre a perspectiva analítica de sociedade e da profissão. A política social entendida, portanto como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização

do capital permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários. (CAMPOS 1988 p. 13 apud MIOTO e NOGUEIRA 2013 p.62).

Desse modo, a política social entendida como uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. (BEHRING, 2009)

É nesse sentido que as políticas sociais devem estar voltadas para a efetivação de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado. As políticas sociais nada mais são do que uma rede de proteção, de bem-estar, implementada pelo Estado a garantir a todo cidadão tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação e educação, os quais devem ser assegurados enquanto direito político e não como caridade. (BOBBIO, 1992)

Conseqüentemente os profissionais contribuem ao socializarem informações que subsidiem a formulação e gestão de políticas e o acesso a direitos sociais. De fato a política social e a gestão social é tão complexa quanto rica pode ser a sua definição, pelo qual se afastam e se aproximam quanto mais dissociados ou próximos estão de conceitos e práticas relacionados à cidadania, solidariedade, participação e democracia. (SANTOS, 2014 p.142)

Compreende-se que a gestão social é construção social e histórica, constitutiva da tensão entre os projetos societários de desenvolvimento em disputa no contexto atual. (MAIA, 2005, p.2).

Dessa forma, gestão de políticas sociais é demandada pelas inquietudes do trabalho profissional do assistente social nas organizações da esfera da sociedade civil. O processo de descentralização das políticas sociais públicas, especialmente sua municipalização, exige dos assistentes sociais e dos demais profissionais o desempenho de novas atribuições e competências.

2. ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A gestão das políticas sociais significa a gerência e direção da coisa pública, este exercício de administrar e conduzir deve garantir o acesso da sociedade a benefícios e serviços de natureza pública. Para tanto analisar a gestão das políticas sociais sugere referenciar à gestão de ações públicas como resposta, as necessidades sociais que tem

origem na sociedade e são incorporadas e processadas pelo Estado em diferentes esferas de poder.

Portanto, se faz necessário analisar a gestão como fenômeno sócio histórico, ou seja, compreendê-la como expressão de uma totalidade social, observando suas possibilidades e limites. Em outros termos, a gestão das políticas, programas e projetos sociais não se autonomizam dos contextos históricos em que se realizam (BARBOSA, 2004 apud BORDIN 2013).

Em termos gerais, a complexidade dos problemas sociais se torna necessária à integração dos diversos atores na gestão das políticas sociais com já afirmada. A sua execução se expressa na parceria entre o Estado, sociedade civil e demais organizações, possuindo na *intersetorialidade* um fator de inovação na gestão da política, que possibilita a articulação com as diversas organizações que atuam com políticas sociais.

De acordo com Junqueira (2004, p.9) a intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços como forma a garantir um acesso igual dos desiguais. Nesse contexto, apresentam-se, então novas tendências na gestão das políticas sociais, sendo uma delas a gestão compartilhada, na qual:

“Há uma clara percepção de que os atores sociais e sujeitos coletivos presentes na arena política são corresponsáveis na implementação de decisões e respostas às necessidades sociais. Não é que o Estado perca a centralidade na gestão do social, ou deixe de ser o responsável na garantia de oferta de bens e serviços de direito dos cidadãos; o que se altera é o modo de processar esta responsabilidade”. (CARVALHO, 1999, p.25).

Segue afirmando que nesse contexto a descentralização, a participação, o fortalecimento da sociedade civil pressionam por decisões negociadas, por políticas e programas controlados por fóruns públicos não estatais, em uma execução em parceria (CARVALHO, 1999). Aliado a isso, os gestores assistentes sociais deverão ser lideranças capazes de atuar na gestão pública como agentes potencializadores na adesão do projeto democrático de sociedade e de gestão que se pretende o gestor público devendo ter competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional tanto para analisar os movimentos da economia, da política, da sociedade e de seus grupos e indivíduos (FILHO, 2013 p.225). Para tanto Mioto (2001 apud Lima, 2004 p. 61) chama atenção para o projeto ético político dos assistentes sociais que:

[...] contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética, e expressa no momento em que se realiza o processo de apropriação que os profissionais fazem dos fundamentos teórico-metodológico e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico. São as ações profissionais que colocam em movimento, no âmbito da realidade social, determinados projetos de profissão. Estes, por sua vez, implicam diferentes concepções de homem, de sociedade e de relações sociais (MIOTO, 2001 apud LIMA, 2004 p. 61).

Dessa forma Torres e Lanza (2013, p.207) considera a gestão das políticas sociais como sendo um dos principais campos de trabalho do assistente social, os autores destacam ainda dois pontos considerados importantes: *a Lei de regulamentação da profissão* a as *discussões sobre a origem da profissão no Brasil*. De acordo os incisos dispostos na lei, esse profissional deve realizar ações características do planejamento e da gestão de serviços vinculados as políticas públicas, ao estabelecer como competência:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 36-37).

Segundo Iamamoto, (2011 p.425) historicamente a atuação dos profissionais assistentes sociais se consolida em espaços de instituições públicas, privadas, entidades socioassistenciais. Espaços esses reconhecidos por possibilitar a universalização de direitos sobre uma gestão democrática.

Sendo assim do ponto de vista de Silva (2014 apud Bordin 2013 p.45):

A gestão social e tida como um processo social permeado por contradições e disputas oriundas das expressões das desigualdades sociais geradas por uma sociedade capitalista madura, que demandam e pressionam as instâncias que compõem a sociedade e os projetos societários que representam, a um processo de construção e implementação de ações e estratégias, firmados por pactos sociais formais e/ou informais, que visem o desenvolvimento social num determinado território. (SILVA 2014 APUD BORDIN 2013 P.45):

Dessa forma Cardoso e Fagundes (2013) concluem que: os profissionais assistentes sociais gestores devem aliar seus princípios éticos profissionais aos princípios éticos norteadores dos trabalhadores. Para termos no processo de gestão o papel de politizar e dar visibilidade aos interesses da população usuária no país, sabendo

que não basta tão somente a alta qualidade técnica de nosso trabalho, pois corremos o risco de sermos bons gestores despolitizados (YAZBEK 2008).

Para tanto, o exercício da profissão requer um profissional informado, crítico, culto e atento ao mundo contemporâneo, competente na gestão e elaboração de projetos, avaliação de programas e projetos sociais, capacitação de recursos, gestão de pessoas, socializando informações e conhecimentos, propondo novos serviços e ampliando o espaço do Serviço Social (PEREIRA E BENETTI, 2014, p.7)

No entanto para Trindade (2012) tais atribuições exigem do profissional a necessidade de elaborar procedimentos e lidar com instrumentos que possuem um perfil diferenciado daqueles utilizados no relacionamento direto com os usuários. Dessa maneira, os assistentes sociais na gestão de política pública atuam como articuladores e negociadores dos interesses das classes subalternas por intermédio do Estado para atender e responder de maneira efetiva as condições essenciais ao exercício da cidadania (GIMENEZ E ALBANESE, 2015).

Sendo assim, o trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Portanto, o enfrentamento dos desafios nesta área torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão (MIOTO E NOGUEIRA 2013 p.65).

Neste aspecto Souza (2012, p.12) aponta que ao compreendermos que o Serviço Social é uma profissão historicamente constituída, percebemos também que ela é mutável e, portanto, suas determinações estão dadas na realidade.

A autora segue, afirmando que compreender a realidade em toda a sua complexidade é um desafio apresentado ao assistente social, que tem sido convocado a dar novas respostas no âmbito do exercício profissional, não apenas na execução, mas também na formulação e gestão das políticas públicas (SILVA 2014 APUD BORDIN 2013 p.45), assim como na formulação de novas elaborações teóricas, compreendendo que:

[...] o esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional [...] e o reconhecimento das atividades de pesquisa e o espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional. (IAMAMOTO, 2001, p.55-56).

Note-se que “novas possibilidades de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros o farão absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados” (IAMAMOTO, 2001, p. 48).

A própria compreensão da função do assistente social nesses novos espaços já se configura como um desafio para a profissão, de forma que os mesmos sejam conscientemente ocupados e sirvam de instrumentos de consolidação dos princípios da ética profissional e de superação da ordem social do capital.

1. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa contempla duas etapas: um extrato das informações, de uma pesquisa teórico - empírica de natureza básica em uma abordagem qualitativa exploratória, outra com o procedimento técnico de um estudo de caso. Yin (2001) afirma que um estudo de caso tem como objeto uma unidade que se analisa profundamente. Foram realiza dos levantamentos teoricos de revisões de literatura interpretativa, específicas ao tema.

Dessa forma,

A valorização desse tipo de pesquisa é pela "possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática" (Demo, 1994 apud Baffi, 2002 p 01).

Nesse seguimento Gil (1999, p.44), afirma que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideais com vistas à formulação de problemas mais precisos. Com relação à abordagem qualitativa, segundo Minayo (2004, p.42) requer como atitude fundamental a abertura, flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais.

Nessa perspectiva o estudo centrou-se em compreender a atuação do assistente social na gestão das políticas sociais públicas, apontando possíveis limites e dilemas desta atuação.

O universo da pesquisa foi constituída do conhecimento do profissional assistente social atuante deste, espaço caracterizado por gestores da política de baixa complexidade do Municipio de Lauro de Freitas/BA, grande porte que por normativa

NOB-SUAS/2005 que estipula o número mínimo de Centro de Referência de Assistência Social de acordo com o porte do município existe cinco centros. A escolha dos sujeitos da pesquisa conta com três assistentes sociais, atuantes na gestão dos CRAS, sendo que a proposta é apresentar o conteúdo, e não a quantidade. Do total de centros duas preferiram não participar por motivos pessoais.

Portanto, os dados da pesquisa foram coletados no 1º semestre de 2016 através do instrumento padronizado, um questionário que “consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões vão proporcionar os dados requeridos para esclarecer o problema da pesquisa” (GIL, 1999 p. 116).

Sendo este composto por perguntas abertas referentes ao objeto de investigação, para condução dos resultados de natureza qualitativa, como técnica de coleta a um estudo de caso, que “é muito frequente na pesquisa social, devido à sua relativa simplicidade e economia, já que pode ser realizado por um único investigador, ou por um grupo pequeno e não requer aplicação de técnicas de massa para coleta de dados”. (GIL, 1999 p.79).

Desse modo a investigação do material foi apreciada através da técnica de análise de conteúdo, que de acordo a Severino (2007, p.122), “descreve, analisa e interpreta as mensagens /enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver os que esta por detrás das palavras”. Para Minayo (2002, p. 75) “cronologicamente a análise de conteúdo pode abranger as seguintes fases pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação”.

Aliado a isso:

“O estudo de caso vale-se de procedimentos de coleta de dados os mais variados, o processo de análise e interpretação pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise. Todavia, é natural admitir que a análise dos dados seja de natureza predominantemente qualitativa. O mais importante na análise e interpretação de dados no estudo de caso é a preservação da totalidade da unidade social. Daí, então, a importância a ser conferida ao desenvolvimento de tipologias. Muitas vezes, esses "tipos ideais" são antecipados no planejamento da pesquisa. Outras vezes, porém, emergem ao longo do processo de coleta e análise de dados” (GIL, 2002 p.141).

Diante do exposto, os resultados analisados foram respaldados nas referências metodológicas a fim de subsidiar a identificação dos resultados à questão pesquisada permitindo apresentar conceitos e definições à investigação sustentável das respostas.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultado da pesquisa realizada através de questionário aberto com perguntas referentes ao objeto de investigação e das revisões de literaturas específicas, que forneceu suporte teórico na compreensão e complexidade do tema, o Estudo de Caso realizado com as assistentes sociais gestoras de políticas públicas de baixa complexidade, no município de Lauro de Freitas, permitiu compreender alguns aspectos referente à sua atuação nesse campo sócio-ocupacional. Com relação ao critério de conhecimento acerca das políticas sociais públicas as assistentes sociais afirmam:

“O meu primeiro contato com as políticas sociais aconteceu, quando ingressei através de concurso público na prefeitura, indo atuar como assistente social em um Cras – Centro de Referência de Assistência Social. A partir dessa experiência busquei me qualificar através de publicações, cursos, oficinas, etc. Para desenvolver o meu trabalho com competência”. (A.S - 1)

“Meu primeiro contato se deu ainda na academia, por termos disciplinas que nos apresenta e orienta enquanto reguladora dos conflitos entre a burguesia e a classe trabalhadora” (A.S - 2).

“Minha aproximação com as políticas sociais conheci, ainda na universidade, mais foi no meu primeiro emprego que consegui articular a teoria a pratica, na academia, era difícil compreender como isso se concretizava” (A.S - 3).

Nos discursos compreendeu-se que ainda no período de formação profissional, as assistentes sociais por ter sua base histórica vinculada ao enfrentamento da questão social através das políticas sociais, na garantia das condições necessárias para a expansão do capitalismo, depara-se a enfrenta o desafio diário de conhecer a realidade na dimensão teóricos metodológica, no contexto de governança brasileira.

Quando questionados sobre as responsabilidades do Estado no que se refere às políticas sociais, para estes profissionais como vemos nas falas seguintes:

“O Estado deve garantir o que é assegurado pela Constituição Federal de 1988, o que significa garantir a todos uma vida digna, assegurando o bem-estar, a justiça, a igualdade. A partir dessa contestação, o Estado tem o dever de garantir o que é preconizado em lei” (A.S - 1).

“O Estado tem o papel de regular a vida social na medida em que administra e gerenciam os conflitos de classes na sociedade, as políticas sociais são respostas a amenizar as expressões da questão social”(A.S - 2).

“O Estado! Ah, esse tem como fator decisivo na regulação das relações sociais ele deve governar sobre as conquista que tivemos depois da Constituição consolidando principalmente os programas sociais”. (A.S - 3).

Como é percebida, pelas profissionais a constituição apresentou grandes avanços em relação aos direitos sociais. E dessa forma a profissão amplia sua área de ação,

alarga as bases sociais de seu processo de formação, assumindo um lugar na execução das políticas sociais emanadas pelo Estado.

Questionadas quanto ao significado de trabalhar vinculado a uma política pública as profissionais afirmam que:

“Significa colocar em prática o nosso projeto ético-político da profissão” (A.S - 1).

“Para mim a profissão do assistente social passa a ter visibilidade com as políticas públicas, deixando a visão messiânica em uma era do conservadorismo, para desenhar um compromisso com a sociedade” (A.S - 2).

“meu vínculo e a política de assistência social, que faz parte do tripé da seguridade constituída em lei, tenho que conhecer muito bem essa política por que e ela que vai subsidiar a minha condução na gestão ” (A.S - 3).

A discussão quanto ao projeto ético político da profissão conquista recente coloca em pauta para esses profissionais a sua importância diante da defesa do projeto profissional em consonância com o projeto societário- projetos coletivos. Ao citar a visão messiânica que esta diretamente atrelada a um voluntarismo que acompanha a profissão até os dias atuais, deixa evidente que essa prática na gerência das políticas públicas precisa ser desmitificada na sociedade, além disso como destaca uma delas conhecer a política que se trabalha e fundamental no alicerce da atuação profissional.

Dessa forma ao ser evidenciado a vinculação estabelecida entre as políticas sociais e o projeto ético-político da profissão de Serviço Social as profissionais atribuem:

“A relação é de concretização do projeto ético-político através das políticas públicas sociais. É a partir delas que materializamos a justiça social, a universalização, a equidade, a democracia”. (A.S - 1).

“O projeto ético político da profissão é um produto das relações societárias com base em nas dimensões metodológicas do serviço social sua relação e direta com as políticas sociais na medida em que dialoga com o projeto profissional da profissão”. (A.S - 2).

“Para mim ainda é complicado compreender a discussão do projeto ético político da minha profissão, tenho dificuldade em conceituar e sistematizar. Acho que essa discussão precisa ser mais bem explicado” (A.S - 3).

A vinculação desses polos em construção conjunta, para algumas parece que é claro quando o projeto ético político da profissão define a composição das diretrizes curriculares, a lei de regulamentação e o código de ética, permitindo a essas assistentes

sociais, exercer a defesa dos direitos com relativa autonomia por estarem amparadas por normativas profissionais, entretanto evidência lacunas a sua compreensão.

No que concerne à compreensão quanto ao principal papel e/ou atribuições de um gestor dessas políticas a profissional nos apresenta os princípios preconizado pela PNAS - Política Nacional de Assistência Social onde contemplam os seguintes elementos:

“O principal papel do gestor da política social é viabilizar a prática dos: **Princípios:** I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica. II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. **Diretrizes:** Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (BRASIL, 2014) (A.S - 1).

“ O gestor tem o papel fundamental na condução das políticas, mediando junto a governantes e a sociedades civil na garantia e efetividade dos direitos quando propõe e intervem na condução do seu fazer profissional”. (A.S - 2).

“Acredito que quem ocupa o papel de gestor precisa ter um perfil propositivo, criativo, atento as características da população usuária que atende, porque só assim, se aproximando principalmente de sua equipe eu consigo alcançar as metas que me são designadas.” (A.S - 3).

Os participantes se utilizam em seus discursos as construções preconizadas e estabelecidas em políticas também construídas com a sociedade, através do aparato político e normatizados. Isso facilita na condução de ações e principalmente destaca os caminhos para sua gestão, porém limita sua atuação na medida em que trabalha de forma quadrada nas linhas normativa. Com isso abordo que a gestão das políticas sociais significa a gerência e direção da coisa pública, este exercício de administrar e conduzir deve garantir o acesso da sociedade a benefícios e serviços de natureza pública, sem deixar de ser comprometida e sugestiva na condução de aprimorar seu trabalho.

Os profissionais também foram questionados quanto a sua compreensão de sua qualificação para atuar na gestão de políticas sociais, tendo como resposta a falta de qualificação ressalva da necessidade de uma capacitação permanente e continuada sobre a política social.

“Não tenho e nunca soube de alguma especialização, agora sempre estamos realizando capacitações eu e a equipe através da Secretaria de Assistência”. (A.S - 1).

“Já fiz em outra área mais na gestão não, sinto falta de debater com outras colegas, as situações enfrentadas no dia a dia, tem alguns cursos de aprimoramento mais muito focado na compreensão das políticas sociais, ou de alguma mudança.” (A.S - 2).

“Seria ótimo se tivesse, eu seria a primeira a fazer, principalmente se fosse especialização. Vejo pós-graduações em várias temáticas inclusive gestão em saúde, mais gestão de políticas sociais, difícil, gostaria muito que tivesse” (A.S - 3).

Para tanto analisar a gestão das políticas sociais sugere referenciar à gestão de ações públicas como resposta, as necessidades sociais que tem origem na sociedade e são incorporadas e processadas pelo Estado em diferentes esferas de poder, a instrumentalização do profissional para lidar com esse contexto é peça fundamental.

Deste modo, se faz necessário analisar a gestão como fenômeno sócio histórico, ou seja, compreendê-la como expressão de uma totalidade social, assim sobre o processo de implementação das políticas sociais Sobre isso as profissionais avaliam:

A assistente analisou como sendo necessário que seja realizada de forma “democrática e participativa”. (A.S - 1).

“A implementação das políticas não depende apenas do gestor, temos sim o papel de elaborar, formular implementar, mais para isso é necessário sim um rede intersetorial que dialogue com todas as políticas sociais (saúde, assistência, previdência, educação) como da participação da sociedade em conferência propondo e sugerindo linhas de efetividade.” (A.S - 2).

“essa parte de implementação parece que é só atribuição dos gestores ou do Estado, mais a comunidade através da sociedade civil no caso também é responsável pelo controle social, o problema que nem sempre tem pessoas interessadas ou informadas de que também pode propor sugerir, afinal esses são os maiores interessados” (A.S - 3).

Isso reforça que a sua execução se expressa na parceria entre o Estado, sociedade civil e demais organizações, possuindo na intersetorialidade um fator de inovação na gestão da política, que possibilita a articulação com as diversas organizações que atuam com políticas sociais, a conversa com as instâncias maiores no governo e sempre um

fator preocupante, não devendo ser colocada com um impedimento à efetivação dos direitos sociais.

Nesse universo foi questionado como o profissional gestor intervém e de que maneira junto às políticas sociais em rede e/ou uso controle social é apresentado como forma propositiva apontando a participação em conselhos de direitos e nos espaços de discussões coletivas. A intervenção aqui é apontada ao assistente social que é chamado hoje a atuar no âmbito dos Conselhos de políticas sociais (saúde, assistência social, de direitos da criança e do adolescente, de idosos, de deficientes).

Assim, quanto à discussão sobre as dificuldades e limites percebidos na condução de políticas sociais foram colocados que:

“As dificuldades e limites percebidos na aplicabilidade das políticas sociais é principalmente a falta de conhecimento da maioria dos gestores ao que se refere à política de assistência social. Sabemos que é uma política nova, a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) foi criada em 2004, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005, portanto, temos apenas 11 anos convivendo com um modelo de gestão único para operacionalizar as ações de assistência social em todo o território brasileiro. Outra dificuldade encontrada é o rompimento da prática anterior a Lei, onde cada município conduzia sua prática conforme seu entendimento e na maioria das vezes equivocados. Já em relação aos limites, compreendo como algo mais macro, percebo a necessidade de uma reforma no nosso sistema político brasileiro. Só assim, talvez, consigamos avançar mais nas políticas sociais”. (A.S - 1).

“Em partes para condução da gestão de políticas sociais e preciso levantar maiores discussões no cenário da categoria, por considerar um espaço novo de ocupação, é necessário. amadurecer o olhar para avançarmos a uma qualificação”. (A.S - 2).

“Toda atuação profissional encontramos essa ambiguidade na gestão eu diria que o diálogo com a esfera municipal e sempre complicada, sempre restritiva, as cobranças são diárias, ao mesmo tempo quando dialogo com a comunidade que tem fundamental papel de monitorar viabilizar, questionar e propor e muitas das vezes não se reconhece como tal, isso é ruim” (A.S - 3).

Essa questão trouxe vários aspectos para o contexto do debate, que apontado no decorrer das análises anteriores em termos gerais, a complexidade dos problemas sociais que se torna necessária à integração dos diversos atores na gestão das políticas sociais com já afirmada.

Sendo assim, o trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão.

È certo que compreender a realidade em toda a sua complexidade é um desafio apresentado ao assistente social, que tem sido convocado a dar novas respostas no âmbito do exercício profissional, não apenas na execução, mas também na formulação e gestão das políticas públicas, assim como na formulação de novas elaborações teóricas,.

A própria compreensão da função do assistente social nesses novos espaços já se configura como um desafio para a profissão, de forma que os mesmos sejam conscientemente preocupados e sirvam de instrumentos de consolidação dos princípios da ética profissional e de superação da ordem social do capital.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho mostrou como a importância e preocupação em desenvolver um trabalho na gestão de políticas sociais pautada no projeto ético político da profissão, frente a um projeto societário, levanta um indicativo de sua materialização contida no cotidiano profissional.

Outra variável que chama atenção a ser considerada é a falta de expansão de formação em cursos ou pós- graduação na área de serviço social que possa do enfoque ao trabalho do gestor, os profissionais não demonstram certa clareza nas suas atribuições, sempre ficando a cargo de normativas do Estado, configurando a fragilidade na relativa autonomia da profissão.

E assim torna-se evidente que as demandas e exigências requerem rearranjo de competências técnicas, políticas e operacionais, caracterizadas como investimentos na formação profissional para práticas conscientes consciência de se qualificar para novas competências, na esfera da execução, assim como na formulação e gestão de políticas sociais, que venham atender as diversas demandas.

É preciso ainda entender esses novos espaços, sua representatividade, suas condições de trabalho, os interesses que permeiam a reprodução das relações sociais e até mesmo de que forma esses novos espaços propiciam um exercício profissional tendo em vista o *código de ética da profissão*. Este que recomenda a *liberdade* como *valor ético central*, o *compromisso com autonomia* e *valores emancipatórios* dos indivíduos.

De fato, o tema precisa ser mais bem explorado no âmbito das políticas públicas sociais e do serviço social, de maneira a aprimorar a atuação profissional. O que foi abordado até então, teve como intuito apontar características das práticas dos profissionais, analisando as implicações da sua ação profissional na garantia de direitos.

No entanto, ao longo do tempo as políticas moldaram-se às novas realidades, criaram e recriaram suas leis, a política de social acendeu e se fortaleceu. O desafio do assistente social na atualidade é desenvolver propostas, trabalhos criativos e inovadores, que sejam capazes de concretizar direitos sociais previstos em lei à população.

REFERÊNCIAS

- BAFFI, MA. T., **Modalidade de pesquisa:** um estudo introdutório, Petrópolis, 2002. <http://usuarios.upf.br/~clovia/pesq_bi/textos/texto02.pdf> Acessado em 25 de janeiro de 2016.
- BEHRING, E. R. **Política Social no contexto da crise capitalista.** (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. P.301- 321.
- BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política.** 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- BORDIN, E. M. B. **A gestão social no contexto das organizações da sociedade civil:** desafios para efetivação da Cidadania. 2009. 215f. Dissertação (Mestre). Curso de Serviço Social, PUC, Porto Alegre, 2009.
- CARDOSO, D. C.; FAGUNDES, H. S. **A atuação do assistente social na gestão municipal da política pública de assistência social:** desafios e possibilidades. Congresso Catarinense de assistentes Sociais - SC, 2013.
- CARVALHO, M. C. B. **Gestão social:** alguns apontamentos para o debate. (Org.) Gestão social - uma questão em debate. São Paulo: EDUC-IEE, 1999. p. 19-29.
- CFESS: **Lei 8662/93**, de 7 de junho de 1993 que regulamenta a profissão de assistente social, 1993. Brasília: CFESS, 1993
- GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____, A C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1999.
- GIMENEZ, H. N.; ALBANESE, K. R.. **Os dilemas ético-contemporâneos a partir da prática de estágio.** Curso de Serviço Social, 6º período. PUCPR, Curitiba, 2015
- HORA, MM. C. C. **A atuação do assistente social no planejamento e gestão das políticas de assistência social e saúde no Município de Aracaju-SE.** Dissertação Mestrado em Serviço Social. São Cristovão: UFS, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** Capital Financeiro, trabalho e questão social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- JUNQUEIRA L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

- LIMA, T. C. S. **A intervenção profissional do Serviço Social no contexto da cidadania e dos direitos: pensando as ações sócio-educativas.** Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 2004.
- MAIA, M. Gestão Social: reconhecendo e construindo referências. (Org.) **Revista Virtual Textos & Contextos**, n 4, dez. 2005.
- MARSIGLIA, RM G. **Orientações básicas para a pesquisa.** (Org.) MOTA, AE. [et al]. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: 2007.
- MELO, A M. **As sete vidas da agenda pública brasileira** (ORG.) RICO, E. M. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 2 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.
- MINAYO, M C S. (org.) **Pesquisa social.** 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2001
- MIOTO, RC. T.; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional.** Revista Katálisis, v.16, 2013, p.61-71.
- NOGUEIRA. A. M. **Teoria da Administração para o século XXI.** São Paulo: Ática Universidade, 2007.
- PEREIRA, L. BENETTI, G. M. F. Janice Merigo. **A importância da formação continuada dos assistentes sociais na atuação com as políticas públicas.** 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas) - Universidade do Sul de Santa Catarina.
- PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9
- RAICHELIS, R. **“O trabalho do assistente social na esfera estatal.”** (Org.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.
- ROSA. J.S. da. **A matéria Administração e Planejamento na Matriz Curricular do curso de Serviço Social.** Dissertação Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.
- SANTOS, E. P. Política Social. In BOULLOSA, Rosana de Freitas (org), **Dicionário para formação em gestão social.** Salvador: CIAGS/UFBA, 2014 p. 140-143.
- SIMÕES, C.. **Curso de Direito do Serviço Social.** Biblioteca Básica / Serviço Social. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- SOUZA, M. R. Serviço Social e o Exercício Profissional: desafios e perspectivas contemporâneas. **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, Ano V, nº7 setembro de 2012. Lagarto/SE

SOUZA FILHO, R. **Gestão Pública & Democracia: A Burocracia em Questão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TORRES, M. M.; LANZA, L. M. B.. **Serviço Social: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas**. Argumentum, Vitória (ES), v. 5, n.1, p. 197-215, jan./jun. 2013.

TRINDADE, RL. P. **Ações Profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

TROTTA, W. **Política Social: Perspectiva de Medidas Efetivamente Públicas**, retirado do site www.achegas.net/numero/43/wellington_43.pdf Acesso em 09 de janeiro de 2016.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social**, (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.